

Diário de Curitiba  
08-12-96  
147

# Maioria das áreas indígenas está invadida

*Relatório do Pnud mostra que das 46 indígenas do estado, em pelo menos 25 delas estão sendo retiradas madeira e minérios*

Da Reportagem

Entre as 25 áreas indígenas com problemas de intrusão em todo o Estado, as sete da Grande Aripuanã estão entre as mais críticas. Segundo o relatório do Pnud, a "intervenção sistemática de posseiros e grileiros na região" é uma constante na Arara do Rio Branco, além de exploração ilegal de madeiras e ouro nas outras seis terras.

Na Arara do Rio Branco (122 mil hectares dos índios araras), o trabalho de demarcação física da área chegou a ser suspenso temporariamente por causa de um grupo de posseiros "com o recurso da pistolagem". Da área Serra Morena (147 mil ha dos cintas-largas), são retirados cerca de 10 mil metros cúbicos de madeira anualmente.

Na região do Baixo Juruena e Vale do Papagaio, as áreas Estivadinho (2,03 milhões de ha) e Rio Formoso (19,7 mil ha) estão sofrendo "permanente pressão" das fazendas limítrofes na tentativa de convencimento dos índios a cederem suas terras para exploração de culturas perenes. "Numa demonstração de força, os fazendeiros têm invadido os limites declarados pelos atos demarcatórios" na Estivadinhb.

Na região do Vale do Juruena e Apiaká-Kaiabi, a área Escondido (169 mil ha dos índios rikbatsa), com recente portaria ministerial demarcatória, é alvo de "violenta depredação do território indígena". Em 92, o próprio governador do Estado, Jaime Campos, informava ao Ministro da Justiça haver 18 madeiras instaladas na área.

Todo o lado nordeste da área Apiaká-Kaiabi (109 mil ha divididos em três grupos) encontra-se "devastado pela ação madeireira", promovida entre 85 e 89. Os focos madeireiros estão localizados no sul e sudoeste da área, com várias estradas vicinais interligando as esplanadas de madeira à estrada que dá acesso a Juína.

Na região do Alto Araguaia, a área Tapirapé-Karajá (66,1 mil ha) tem sido alvo de pescadores profissionais dos municípios de Santa Terezinha e Luciara, até com acampamentos na margem esquerda do Araguaia. Há também "retirada de grandes quantidades de madeira". Num único lugar, uma equipe da Funai encontrou 40 mil lascas de pau-brasil.

## Parlamentares vão visitar Sararé

O deputado federal Gilney Viana (PT), presidente da comissão de defesa do consumidor, meio ambiente e minorias do Congresso Nacional, marcou para a próxima quinta-feira uma visita à Reserva Sararé, dos índios nambiquaras, ocupada por cerca de 8 mil garimpeiros e 150 madeireiros.

A maior dificuldade para a visita, segundo o deputado, é encontrar espaço na agenda dos políticos nesse final de ano. Ele pretendia levar os deputados Hélio Bicudo, que já se disse impossibilitado, e Fernando Gabeira, que prometeu apoio mas não garantiu uma data de viagem.

O deputado disse que esteve pessoalmente com o presidente do Ibama, Eduardo Martins, no meio da semana passada. "Ele deu sua palavra de que nos acompanhará nessa visita", disse Viana.

O Prodeagro possui um subcomponente específico para a reserva, chamado de "Emergencial Sararé". São repassados à Funai R\$ 25 mil anuais. As operações de fiscalização devem ocorrer a cada 15 dias. O monitor de assuntos indígenas do Prodeagro, Rubens Seibel, disse que obviamente, dada a invasão da área, os resultados do subcomponente são insatisfatórios. (RV)

Na mesma região, a área de Suiá-Missu (168 mil ha de 350 xavantes) continua um foco de tensão, sob controle de pelo menos 1 mil pequenos produtores, que se articulam com fazendeiros da região a fim de impedir a demarcação da área. "Os prefeitos de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia têm assumido a frente de mobilização dos grileiros", informa o relatório.

Outras áreas de diferentes regiões do Estado também enfrentam problemas, como a Tereza Cristina (25,9 mil ha), com cerca de um quarto de suas terras invadido por fazendas. A Jarudore (4,7 mil), apesar de reconhecida como área indígena criada por decreto-lei estadual de 1945, com título definitivo expedido em 1951 pelo governo estadual, encontra-se totalmente ocupada por não-índios. (RV)

# Sete áreas do Grande Aripuanã estão entre as mais críticas.

RUBENS VALENTE  
Da Reportagem

Pelo menos 25, das 46 terras indígenas em Mato Grosso, estão sofrendo algum tipo de invasão e depredação, do roubo de madeira à caça e pesca, passando pela extração de minérios e grilagem pura e simples. O último levantamento do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), realizado em 95, enumera as formas de intrusão, o sistema de cooptação de lideranças indígenas e como as ações públicas não têm conseguido responder aos desafios.

“O Estado virou um monstro que gira em torno de si mesmo”, admite o administrador regional da Funai em Cuiabá, Ademir Gudrin, para quem o “processo de sucateamento” da máquina do Estado gera um sentimento de “impotência”.

“Sabemos do problema, buscamos alternativas, mas não conseguimos ser ágeis. Os depredadores são muito mais rápidos e melhor equipados”, afirma Gudrin.

O coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) no Estado, Sebastião Carlos Moreira, explica que hoje Mato Grosso vive o paradoxo de ser o Estado com maior índice de demarcações — cerca de 90%, enquanto a média nacional é de 50% — mas também com alto número de invasões e roubos em áreas indígenas.

“O Estado está cada vez mais ausente e enfraquecido nas terras dos índios”, diz Moreira.

Tanto Gudrin quanto Moreira concordam que o assédio dos madeireiros e garimpeiros aumentou nos últimos 10 anos por causa da escassez das riquezas em áreas não-índias.

O relatório do Pnud, fruto de cooperação técnica com o Prodeagro (Projeto para Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso) e realizado pelo consultor Villi Fritz Seilert, aponta que o principal desafio indigenista no Estado é “a implementação de políticas públicas,

capazes de retirar as comunidades indígenas do foco da marginalidade econômica, dentro de um modelo de desenvolvimento sustentado para uma determinada região”.

Flageladas, as comunidades indígenas ficam à mercê da ação dos invasores. A área da Grande Aripuanã, onde se concentram sete terras indígenas, ilustra o fenômeno. Conforme descreve a antropóloga Inês Hargreaves em seu livro “Levantamento socioambiental do Grande Aripuanã”, de junho de 93, citada pelo Pnud: “Hoje, os remédios, exames, carros, estradas, alimentação, combustível, funcionários, motoristas, atendentes, casas, hospitais etc são bancados com a venda de madeira e outros recursos naturais”.

A “venda” mencionada por Hargreaves é, em si, um furto, segundo o Pnud. O metro cúbico do mogno, cotado no mercado da Grande Cuiabá entre R\$ 250 e R\$ 350, é comercializado a R\$ 10 e R\$ 30 pelos índios.

José Luiz Medeiros



Os nhamiquaras da Reserva Sararé são exemplo de povos indígenas sob pressão

Na área Parque Indígena Aripuanã, de 1,6 milhão de hectares, a invasão dos madeireiros contou com respaldo do próprio presidente da Funai em 1987, Romero Jucá, que celebrou contratos de vendas de madeira com empresas regionais. Apenas num desses contratos, firmados com a empresa Brasforest, foi autorizada a retirada de 40 mil metros cúbicos de mogno anualmente.

A cooptação de lideranças indígenas também é um traço marcante na Área Indígena Nhamiquara, de 1,01 milhão de hectares, onde vivem 245 índios de quatro subgrupos nhamiquaras. Rica em recursos naturais — do ouro à madeira nobre —, a região é citada pelo Pnud por possuir, como resultado de um longo processo de aliciamento, “uma frente indígena de mobilização e desobstrução da resistência das comunidades nhamiquara do vale (áreas de floresta), frente aos interesses dos madeireiros”.